

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**53ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária**

REQUERIMENTO N° , de 2009  
(Do Sr. Jorginho Maluly)

“Requer a realização de Audiência Pública para debater os preconceitos étnico-racial, socioeconômico, de gênero, geração, orientação sexual ou territorial ou em relação a pessoas com algum tipo de necessidade especial nas escolas públicas, com a participação do MEC, da FIPE, do Sr. Paulo Neves - Cientista Social, das Professoras Marilla de Carvalho e Cláudia Vianna da FEUSP”.

Senhora Presidente,

Requeiro à V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão de Educação e Cultura, seja realizada uma Audiência Pública para que sejam convidados os representantes do MEC, da FIPE, bem como o Sr. Paulo Neves - Cientista Social, das Professoras Marilla de Carvalho e Cláudia Vianna da FEUSP, para debater os preconceitos étnico-racial, socioeconômico, de gênero, geração, orientação sexual ou territorial ou em relação a pessoas com algum tipo de necessidade especial nas escolas públicas.

**Justificativa**

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados vem reiteradamente discutindo os problemas relacionados à qualidade educacional no nosso País. Neste sentido, incluímos um requerimento

sugerindo uma Audiência Pública para debatermos o preconceito no ambiente escolar brasileiro. Pesquisa da FIPE em 501 escolas públicas do país aponta que dos 18,5 mil entrevistados nada menos que 99,3% demonstram algum tipo de preconceito étnico-racial, socioeconômico, de gênero, geração, orientação sexual ou territorial ou em relação a pessoas com algum tipo de necessidade especial. Ainda segundo a pesquisa, os tipos de preconceito que mais se acentuam são aqueles relacionados a pessoas com **necessidades especiais** (96,5%), seguido por **diferenças étnico-raciais** (94,2%), e aqueles relativos a **diferenças de gênero** (93,5%). A escola é um ambiente democrático e plural, onde as diferentes culturas, raças, credos e religiões devem ser respeitadas e acima de tudo não devem ser privilegiadas em detrimento de outras. Na prática, porém o que acontece é bem diferente, vários especialistas apontam que professores e autoridades escolares reproduzem por meio de posturas e atos atitudes excludentes. Assim, tal propositura procura, de forma abrangente, não só discutir a questão racial ou de orientação sexual, pelo contrário, procura de uma forma ampla discutir o preconceito em geral no ambiente escolar.

Motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres pares para a realização da referida Audiência Pública.

Sala da Comissão,        de agosto de 2009

Jorginho Maluly  
Deputado Federal